



**Quarta-feira, 13 de abril de 2022**

A Rede ECPAT Brasil, o Comitê Nacional de Enfrentamento a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, a ANCED (Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente), o Fórum Nacional dos Direitos de Crianças e Adolescentes (FNDC) e as organizações e redes de defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes vem por meio desta repudiar a violência e a invasão ao território sofrido pelo povo *Yanomami*, especialmente a violência sexual contra mulheres e crianças.

O relatório “*Yanomami Sob Ataque: Garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami e propostas para combatê-lo*”, divulgado na data de ontem, 11/04/22, construído pela Hutukara Associação Yanomami, traz relatos dessa grave violação de direitos humanos, conforme trecho abaixo:

*“Após os Yanomami solicitarem comida, os garimpeiros rebatem sempre. (...) ‘Vocês não peçam nossa comida à toa! É evidente que você não trouxe sua filha! Somente depois de deitar com tua filha eu irei te dar comida!’”*

Este relato alarmante de violência sexual se soma a outros divulgados anteriormente em relação às precárias condições de vida das famílias *Yanomami* e do alto grau de contaminação pelo mercúrio proveniente das atividades dos garimpos ilegais existentes no território *Yanomami*, o que tem gerado altos índices de desnutrição infantil, contaminação por doenças endêmicas e pela Covid-19, além de danos decorrentes dos conflitos sociais motivados pela presença de milhares de garimpeiros no território, como a que levou a morte de duas crianças sugadas por maquinário do garimpo enquanto tomavam banho de rio, na comunidade Makuxi Yano, ano passado.

Tudo isto é fruto da negligência da atuação do Estado brasileiro, em particular do governo federal, que não tem realizado as medidas necessárias para garantir a segurança territorial e sanitária do povo *Yanomami*, além de reduzir os recursos necessários para as políticas de educação e saúde, fundamentais para as mulheres e crianças *Yanomami*.

Por isso, em observância ao Artigo 227 da Constituição Federal, ao Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, a Convenção dos Direitos da Criança da Organização das Nações Unidas (ONU), a Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que define a exploração sexual como pior forma de trabalho infantil **REAFIRMAMOS A URGÊNCIA NA APURAÇÃO DOS FATOS E NA GARANTIA DA PROTEÇÃO ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES YANOMAMI.**



Assinam essa nota:

- Rede ECPAT Brasil;
- Comitê Nacional de Enfrentamento a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes;
- ANCED (Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente);
- Fórum Nacional dos Direitos de Crianças e Adolescentes (FNDCA);
- Núcleo de Estudos da Infância e da Juventude do CEAM/UnB;
- Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI);
- Fórum DCA Ceará,
- Coalizão Brasileira pelo Fim da Violência contra Crianças e Adolescentes;
- Instituto Alana;
- Grupo Violes - Grupo de Pesquisa sobre Tráfico de Pessoas, Violência e exploração Sexual de Mulheres, Crianças e Adolescentes;
- Rede Peteca;
- Fórum Estadual DCA de São Paulo;
- Rede de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes em Pernambuco;
- Comitê de Enfrentamento da Violência e Defesa dos Direitos Sexuais de Crianças e Adolescentes - COMCEX/ MS;
- Fórum Estadual DCA – Espírito Santo;
- Comitê Piauiense de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes;
- Rede Um Grito Pela Vida;
- Comitê Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes/AM;
- FEVCAMG - Fórum de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes de Minas Gerais;
- CEDECA Bahia;
- CEDECA Interlargos;
- Sociedade Santos Mártires;
- ACB - Associação Circo Belô.

